



CAMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015
(Do Sr. Rodrigo Maia)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que preste esclarecimento sobre as dívidas de Estados e Municípios com a União Federal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pedidos de esclarecimento sobre a renegociação das dívidas de Estados e Municípios com a União Federal, especialmente no tocante aos seguintes aspectos:

1. As dívidas consolidadas dos Estados e capitais de Estados, de forma anual, nos últimos 10 anos; e
2. Valendo-se do eixo temporal do item 1, a previsão atualizada e a receita realizada das amortizações dos empréstimos dos referidos Estados e Municípios.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 148, de 2014, tratou acerca dos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios. Um dos objetivos do projeto foi trocar o atual indexador da dívida dos estados e municípios, de IGP-DI pelo IPCA, e reduzir os juros pactuados dos atuais 6% a 9% ao ano, para 4% ao ano.



CAMARA DOS DEPUTADOS

O projeto ainda estabeleceu um limitador dos encargos, a taxa básica de juros (Selic). Isso significa que, quando a fórmula IPCA mais 4% ao ano for maior que a variação acumulada da taxa Selic, a própria taxa básica de juros será o indexador.

O objetivo é evitar justamente o que ocorre hoje: que a soma dos encargos fique muito acima da Selic e que os entes acabem pagando à União juros mais elevados do que os vigentes no mercado.

Se assim permanecesse, tratar-se-ia de uma total inversão das regras do jogo, ou seja, ao invés da União ajudar financeiramente os Estados e Municípios para desempenharem seus papéis primordiais (saúde, educação, infra estrutura etc), eram os Estados e Municípios que estavam financiando a União, por meio de repasses superdimensionados ao Tesouro Nacional.

Nesse esteio, visando uma maior transparência, solicito as informações acerca das dívidas de Estados e Municípios com a União Federal, nos termos acima expostos.

Sala das Sessões, em de de 2015.

RODRIGO MAIA
Deputado Federal/RJ